

**CÂMARA MUNICIPAL DE AVEIRO**

**EDITAL N.º 74 /2014**

**JOSÉ AGOSTINHO RIBAU ESTEVES, PRESIDENTE DA CÂMARA  
MUNICIPAL DE AVEIRO:**

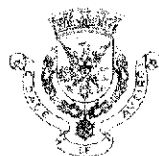
Faz público, que por seu despacho de 7 de novembro de 2013, foram delegadas e subdelegadas competências na Chefe de Divisão de Apoio à Gestão e Atendimento, Olga Sofia Neves Matos, que, por lapso, só agora se publicitam.

Para constar e devidos efeitos, se lavrou o presente edital e outros de igual teor, que vão ser afixados nos lugares de estilo.

Aveiro, 28 de novembro de 2014,

O Presidente da Câmara Municipal de Aveiro,

  
(José Agostinho Ribau Esteves, eng.º)



## CERTIDÃO

ISABEL MARIA REIS FERNANDES, funcionária desta Câmara Municipal de Aveiro:

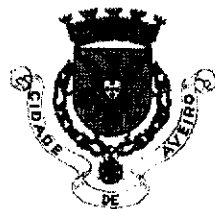
**CERTIFICO** que afixei hoje, nos lugares públicos do costume, um exemplar do **Editai N° 74/2014** que antecede, o qual é composto por 2 páginas.

Por ser verdade, passo a presente certidão que assino e autentico com o selo branco em uso nesta Entidade.

Aveiro, 2 de Dezembro de 2014

A funcionária,

Isabel Fernandes



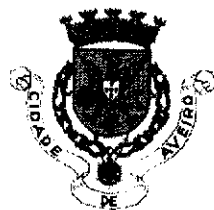
**Câmara Municipal de Aveiro**

**DESPACHO**  
**DELEGAÇÃO E SUBDELEGAÇÃO DE COMPETÊNCIAS – 2013/2017**  
**(DIVISÃO DE APOIO À GESTÃO E ATENDIMENTO)**

Ao abrigo das competências próprias que me estão legalmente atribuídas, das que me foram delegadas pela Câmara Municipal de Aveiro e considerando as competências genéricas atribuídas aos titulares de cargos dirigentes, pelo artigo 15.º da Lei n.º 49/2012, de 29 de agosto e a possibilidade de delegação e de subdelegação, prevista no artigo 5.º do mesmo diploma e atentas as atribuições específicas que incumbem à Divisão de Apoio à Gestão e Atendimento, tal como resultam do artigo 2.º da Estrutura Flexível da Organização dos Serviços Municipais do Município de Aveiro (publicada pelo Despacho n.º 2318/2013, na 2.ª Série do DR, n.º 28 de 08.02.2013), e, ainda, o disposto nos artigos 35.º a 41.º do Código do Procedimento Administrativo, delego/subdelego na Exma. Sr.ª **Chefe da Divisão de Apoio à Gestão e Atendimento, Dr.ª Olga Sofia Neves Matos**, as seguintes competências:

1. Para, após prévia instrução dos pedidos e depois de devidamente autorizados nos termos regulamentares e ao abrigo do artigo 5.º do Decreto-Lei n. 264/2002, de 25 de novembro e artigo 3.º do Decreto-Lei n. 310/2002, de 18 de dezembro Decreto-Lei n.º 310/2002, de 18 de dezembro (na redação dada pelo Decreto-Lei n.º 156/2004, 30 de junho, Decreto-Lei n.º 9/2007, de 17 de janeiro, Decreto-Lei n.º 114/2008, de 1 de julho, Decreto-Lei n.º 48/2011, de 1 de abril, Decreto-Lei n.º 204/2012, de 29 de agosto e Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro) e do Decreto-Regulamentar n.º 2-A/2005, de 24 de março, a emissão das respetivas licenças de atividades diversas, tais como: acampamentos ocasionais, realização de espetáculos de natureza desportiva e de divertimentos públicos; realização de fogueiras e outras formas de fogo e queimadas; a atribuição e renovação da licença de guarda-noturno; utilização das vias para atividades de caráter desportivo, festivo ou outras que possam afetar o trânsito normal;
2. Para, após prévia instrução dos pedidos e depois de devidamente autorizados, nos termos legais, a emissão das licenças de instalação e funcionamento de recintos itinerantes e de recintos improvisados, nos termos do previsto no Decreto-Lei n.º 268/2009, de 29 de setembro e, ainda, nos mesmos termos, para a emissão da licença de recintos de diversão provisória, conforme disposto no Decreto-Lei n.º 309/2002, de 16 de dezembro na redação dada pelo Decreto-Lei n.º 268/2009, de 29 de setembro;
3. Para, após prévia instrução dos pedidos e devidamente autorizados nos termos regulamentares e ao abrigo do disposto no artigo 3.º no Decreto-Lei n.º 310/2002, de 18 de dezembro (na redação introduzida pelo Decreto-Lei n.º 156/2004, 30 de junho, Decreto-Lei n.º 9/2007, de 17 de janeiro, Decreto-Lei n.º 114/2008,





**Câmara Municipal de Aveiro**

de 1 de julho, Decreto-Lei n.º 48/2011, de 1 de abril, Decreto-Lei n.º 204/2012, de 29 de agosto e Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro), a emissão da licença especial de ruído para atividades ruidosas temporárias, prevista no artigo 15.º do Decreto-Lei n.º 9/2007, de 17 de janeiro (alterado pelo Decreto-lei n.º 278/2007, de 1 de agosto), em conjugação com o estabelecido no artigo 32.º do citado Decreto-Lei n.º 310/2002 (na sua atual redação);

4. Para a assinatura do impresso designado "*Certificado de Registo dos Cidadãos da União Europeia*", previsto no artigo 14.º da Lei n.º 37/2006, de 9 de agosto;
5. A competência de assinatura da correspondência ou do expediente necessário à mera instrução de processos, incluindo passagem de certidões independentes de despacho, sendo substituída nas suas faltas, ausências e impedimentos pela Dra. Maria Fernanda Luís;
6. Autorizar a passagem de certidões ou fotocópias autenticadas aos interessados, relativas a processos ou documentos constantes de processos arquivados e que careçam de despacho ou deliberação dos eleitos locais, conforme previsão da alínea g) do n.º 3 do artigo 38.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, sendo substituída nas suas faltas, ausências e impedimentos pela Dra. Maria Fernanda Luís;
7. Autorizar a renovação de licenças, que dependam unicamente do cumprimento de formalidades burocráticas ou similares pelos interessados, conforme previsto na alínea j) do n.º 3 do artigo 38.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro;
8. Praticar outros atos e formalidades de caráter instrumental necessários ao exercício da competência decisória do delegante/subdelegante, nos termos do previsto na alínea m) do n.º 3 do artigo 38.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro.

O presente despacho produz efeitos a partir da presente data.

Afixe-se, nos termos do disposto no n.º 2 do artigo 37.º do Código do Procedimento Administrativo (aprovado pelo Decreto-Lei n.º 442/91, de 15 de novembro, na sua atual redação).

Aveiro, 07 de novembro de 2013.

O Presidente da Câmara Municipal de Aveiro,

  
(José Agostinho Ribau Esteves, eng.)

